



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O PAPEL DA NATUREZA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC

Elisa Serena Gandolfo (UDESC) - lisserena@gmail.com

Formada em Biologia pela UFSC, Mestre em Biologia Vegetal pela UFSC, Doutoranda do PPG em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC, Professora de Meio Ambiente do Instituto Federal de Santa Catarina

Carolina Lima Marques (UDESC) - carolina.marques@udesc.edu.br

Formada em Geografia pela UFSC, Mestranda do PPG em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC,

O papel da natureza na formação socioespacial do Município de Imbituba/SC

INTRODUÇÃO

As interações entre a natureza e a sociedade vão moldando o espaço ao longo do tempo. A configuração de uma fração do espaço, em um dado momento, é fruto da história que o antecede, assim como é palco de seu desenvolvimento futuro. De acordo com Santos (2004, p.173) “o espaço portanto é um testemunho, ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”. Sendo assim, a compreensão da dinâmica de ocupação na formação de um território é essencial para o planejamento, possibilitando vislumbrar os impactos gerados no ambiente natural e os conflitos provocados pelos diferentes modos de uso da terra.

Ao discorrer sobre os conceitos de formação econômica e social, Santos (1977) enfatiza a indissociabilidade destas dimensões à dimensão do concreto, o qual é materializado no espaço, considerado pelo autor como “a matéria trabalhada por excelência” (SANTOS, 1977, p.92). Tal materialidade também se expressa no tempo, sendo a categoria de historicidade fundamental para a compreensão de cada momento distinto. Dessa forma, para considerar de forma integrada as dimensões econômica, social, espacial e temporal, Santos (1977) propõe o conceito de formação socioespacial.

Todo espaço se constitui primeiramente, na dimensão temporal, em natureza. O meio físico e biológico, constituindo os mais diversos ecossistemas, em algum tempo precedem a ocupação humana. No entanto, como afirmado por Santos (2014, p. 98), “no processo de desenvolvimento humano, não há separação do homem e da natureza. A natureza socializa-se e o homem de naturaliza”. Nessa interação sociedade/natureza, muitas vezes as características específicas dos ecossistemas, aqui considerados como o conjunto de fatores físicos e biológicos e suas interações, são fatores que interferem na própria ocupação do espaço e nas atividades econômicas realizadas, por vezes como promotores e por vezes como obstáculos e empecilhos. Da mesma forma, a ocupação e as atividades econômicas transformam os ecossistemas e podem causar a inviabilidade de importantes serviços ecossistêmicos, além da perda de biodiversidade.

As transformações pelas quais passam os territórios se expressam na paisagem. De acordo com Santos (2017, p. 103) “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Como retrato de um momento específico, a paisagem se modifica, mas carrega em si marcas de sua história. Não obstante, o termo paisagem é utilizado ora como conceito, ora como categoria de análise, perpassando diversas áreas do conhecimento, tais como as artes, a geografia, a arquitetura, o urbanismo e a ecologia (VERDUM et al, 2016).

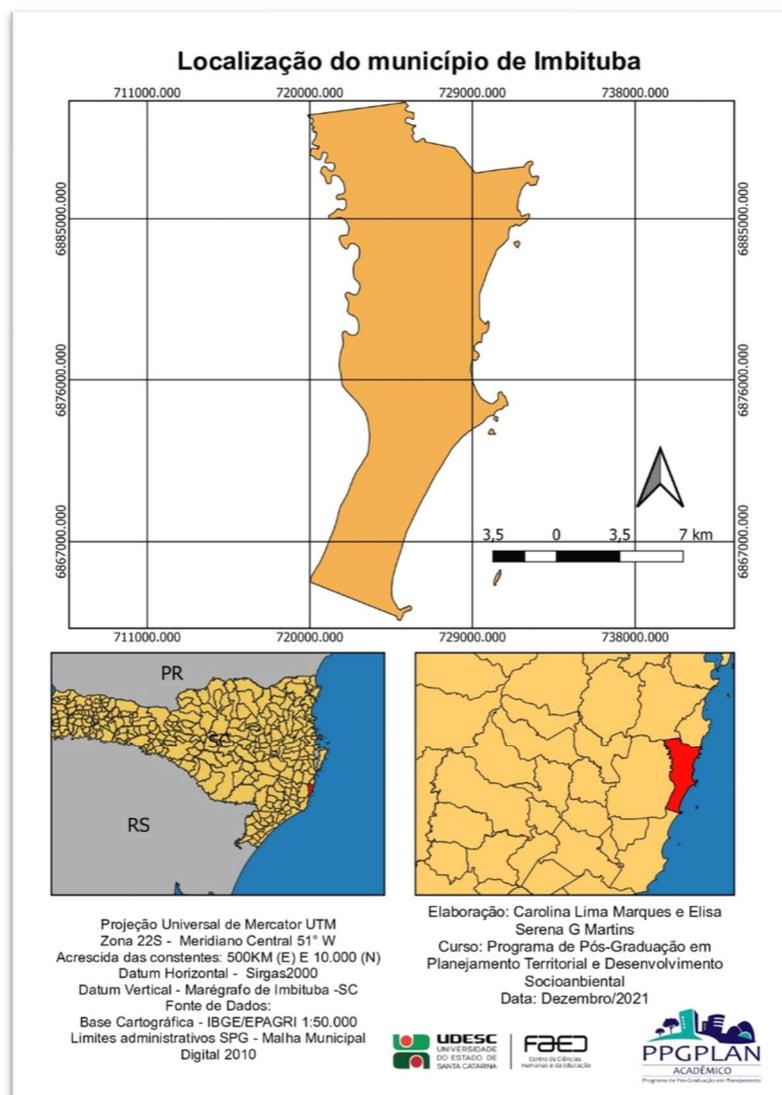
Do ponto de vista metodológico, a análise da paisagem também possui múltiplas abordagens, que variam de acordo com as áreas de conhecimento e com os objetivos almejados por cada investigação. Nesse sentido, Chaves e Souza (2021) discutem sobre a aplicação da análise da paisagem no planejamento ambiental, enfatizando a heterogeneidade das paisagens, as quais são constituídas por feições naturais, sociais e culturais, cuja compreensão exige um enfoque interdisciplinar. Já Verdum et al (2016) consideram duas dimensões para a análise da paisagem, sendo a paisagem concreta e a paisagem como fenômeno. A paisagem concreta se traduz como aquela composta pelas marcas deixadas na superfície ao longo do tempo, tendo como principais variáveis o tempo e a materialidade, enquanto a paisagem como fenômeno é compreendida como as representações sociais individuais e coletivas construídas pelas percepções dos sujeitos em suas formas de interpretar, compreender e transformar o espaço. De acordo com os autores, ambas as dimensões se complementam, dada a importância da compreensão da forma e de seu valor simbólico na construção de um entendimento da paisagem como totalidade.

Neste artigo buscamos relacionar como os aspectos naturais influenciaram na formação socioespacial do município de Imbituba, localizado no litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina. Para possibilitar uma análise integrada das formas de ocupação e uso do solo com as formações naturais, foram realizadas, paralelamente, a descrição da formação socioespacial do município através de pesquisa bibliográfica, e a análise de paisagem utilizando fotointerpretação de fotografias aéreas, imagens de satélite e fotografias de diferentes períodos, a fim de identificar as transformações ocorridas até o período atual. Com essa pesquisa pretendemos compreender como a natureza, ou o “meio ecológico” (SANTOS, 1985, p. 8), influenciou nas formas de ocupação do município, e como as formas de ocupação alteraram o meio ecológico, resultando na composição atual. Tal análise tem como objetivo não apenas traçar uma narrativa sobre a construção da paisagem atual através da história, mas gerar subsídios para um planejamento integrado, compreendendo as bases ecológica, econômica e social que compõem o município.

LOCAL DE ESTUDO

O município de Imbituba, como recorte espacial deste artigo, está localizado na porção sul do litoral do estado de Santa Catarina. A cerca de 90km ao sul da capital Florianópolis, tendo como limite municipal os municípios de Garopaba, Imaruí, Paulo Lopes e Laguna (Fig.1). Imbituba, de acordo com os dados do último censo do IBGE de 2010, possuía uma população com mais de 40.170 habitantes, com população estimada de 45.711 habitantes em 2021. A área total do município é de 181,577 km².

Figura 1: mapa de localização do município de Imbituba



Os aspectos físicos do município de Imbituba serão apresentados com o intuito de detalhar a parte natural do território, destacando em qual geossistema está inserido, sua geologia, suas unidades de relevo, sua vegetação e seu clima predominante.

Conforma categorizado por Veado (2016), Imbituba situa-se no Geossistema Catarinense da Planície Costeira Quarternária. Segundo o autor, o Geossistema Planície Costeira Quarternária engloba três Geofácies; a Planície Norte, Planície Central e Planície Sul. A Planície Sul onde Imbituba está inserida apresenta características como: largo cordão de restinga, grandes lagoas cercadas por sedimentos arenosos de origem aluvionar, lacustre, eólica ou marinha (VEADO, 2016).

A formação geológica de Imbituba conforme Marimon, Wildner e Ayala (2016), apresenta os seguintes domínios geológicos: Granitóides Paulo Lopes e Depósito de Planície Lagunar, Depósitos Eólicos e Granito Barra da Laguna.

O relevo de Imbituba apresenta dois principais compartimentos: o primeiro compõe uma parcela das Serras do Leste Catarinense e o outro a Planície Litorânea. As Serras do Leste Catarinense possuem altitudes que diminuem em direção ao litoral, “o [...] compartimento de relevo é formado por um conjunto de serras cristalinas subparalelas entre si com disposição predominante NE-SW e que se iniciam ao sul da Serra do Mar [...]” (LUIZ, 2016, p.98). A autora complementa descrevendo que o segundo compartimento que abrange a localidade de Imbituba é a Planície Litorânea/Costeira. Este engloba a parcela do leste do estado de SC, formado a partir dos processos de regressão marinha, este processo foi construído através de estágios de transgressão e regressão marinha no período quaternário (LUIZ, 2016).

“Tal dinâmica do nível do mar colaborou para a formação de diferentes ambientes no interior da Planície Costeira, como campos de dunas, planícies lagunares ou lacustres, terraços marinhos e lagunares, planícies flúvio-marinhas e flúvio-lagunares, deltas intra-lagunares, lagoas e lagunas costeiras, praias e planícies arenosas, estuários” (LUIZ, 2016 p. 96).

Segundo Veado e Pimenta (2016) as fitofisionomias predominantes na região de Imbituba são destacadas pela presença da floresta ombrófila densa, vegetação litorânea e restinga. Observa-se que os usos da terra estão concentrados em áreas de agricultura e áreas de pastagem. A vegetação da floresta ombrófila densa “ocupa exclusivamente as encostas da Serra do Mar e das serras interiores, que recebam influências da maritimidade e a planície quaternária litorânea.” (VEADO e PIMENTA, 2016, p.165). Segundo os autores, a vegetação litorânea compreende toda a faixa do litoral de Santa Catarina ocupando cerca de 560 quilômetros de extensão no sentido norte-sul. Já a vegetação de restinga é definida como um mosaico de formações que ocupam as planícies arenosas com influência da salinidade, com caráter tipicamente edáfico, podendo se apresentar como vegetação herbácea, arbustiva e arbórea (VEADO e PIMENTA, 2016, p.161).

O clima predominante no sul do estado é definido como subtropical úmido (Cfa), com as quatro estações do ano bem definidas e chuvas bem distribuídas. Segundo Monteiro e Silva (2016) as estações do ano são divididas em: verão, outono, inverno e primavera. No verão nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro ocorre uma maior incidência solar no sul do Brasil gerando uma elevação nas temperaturas, esta elevação nas temperaturas aliado ao excesso de “[...] umidade favorece a formação do processo convectivo e consequente desenvolvimento vertical das nuvens, resultando em pancadas de chuva com trovoadas [...]” (MONTEIRO e SILVA, 2016, p. 81). No outono, nos meses de março, abril e maio o processo convectivo perde sua intensidade deixando as precipitações para as frentes frias. Já no inverno, nos meses de junho, julho e agosto as massas polares começam a atuar sobre o estado, que por sua vez originam-se no Andes “[...] trazendo para Santa Catarina ar muito frio e seco e favorecendo a ocorrência de geada generalizada em todas as regiões catarinenses, com duração média de três a quatro dias [...]” (MONTEIRO e SILVA, 2016, p. 81). Por último a primavera, nos meses de setembro, outubro e a primeira quinzena de novembro. “Durante esse período, os dias são muito nublados e úmidos, devido à constante formação de cavados invertidos e baixas

pressões sobre o continente, conferindo a esta, precipitação total entre aproximadamente 360 e 580 mm” (MONTEIRO e SILVA, 2016, p. 82).

IMBITUBA – FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Ao tratar da formação econômica de Santa Catarina, Goulart Filho (2007) afirma a importância de lembrar que as terras de Santa Catarina foram ocupadas por povos originários antes da chegada dos imigrantes europeus, muitos dos quais foram exterminados seguindo a “lógica da colonização branca” (GOULART FILHO, 2007, p.71). O litoral sul de Santa Catarina tem vestígios de ocupação humana que remontam a 6.000 anos A.P., sendo os vestígios mais antigos representados pelos sambaquis, caracterizados como montes de conchas e restos faunísticos, além de ossos humanos. Os sambaquieiros, como são chamados atualmente os grupos humanos que construíram os sambaquis, eram caçadores-coletores e utilizavam principalmente recursos marinhos, com preferência por moluscos, como se observa através das análises da composição dos sambaquis. Posteriormente, a partir de cerca de 1.000 anos A.P., grupos ceramistas das tradições Taquara/Itararé e Tupiguarani passaram a habitar a região, sendo os registros relativos aos primeiros de sítios temporários, enquanto os registros guaranis são abundantes e demonstram que tais grupos ocupavam grandes porções da planície arenosa até o período pré-colonial (CAMPOS et al, 2013). Milheira (2011) relata que, através de registros históricos e arqueológicos, é possível constatar que o abandono dos territórios ocupados pelos guaranis se deu no limiar do período colonial, sendo resultado das investidas dos colonizadores na captura de indígenas para escravização e a disseminação de doenças contagiosas, sendo que no século XVII a presença indígena na região já era bastante escassa. De acordo com Costa (2016), o município de Imbituba possui 26 sítios arqueológicos registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo 23 tipificados como sambaquis e 3 relacionados à tradição tupiguarani. Quanto ao estado de conservação dos sítios arqueológicos de Imbituba, Costa (2016) ressalta que estão bastante impactados por ações antrópicas, e que carecem de caracterizações mais aprofundadas, representando uma lacuna nessa área de pesquisa.

Ao longo da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII a região, ainda ocupada pelos indígenas Carijós, do ramo Tupiguarani, foi passagem de navegadores espanhóis, de missões jesuíticas destinadas a catequizar os Carijós e de tentativas de ocupação por vicentistas oriundos do povoado de Laguna. Em carta jesuítica redigida pelo Padre Jerônimo Rodrigues sobre expedição realizada entre 1605 e 1607 na região, além da constatação da existência de poucos indígenas ainda remanescentes no território, encontra-se a seguinte descrição do ambiente natural e da oferta de alimento:

“Em todas estas 50 léguas não há terra preta, nem vermelha, nem cá a vi, tudo são areais e de areia mui miuda. E ainda que há algumas serras e oiteiros, também são de areia, mas dá tudo o que lhe prantam. E como as árvores são pequenas e pau mole, facilmente fazem sua roça, a qual, acabante de a queimarem, logo prantam, sem fazerem coibara nem fazerem covas pera a mandiiba; mas com o cabo de cunha, com que derribaram a roça, fazem um buraquinho no chão e alí metem o pau da mandiiba; e muitas vezes sem lhe fazerem buraco. E pera uma índia meter um pau na terra dá

sete e oito e mais pancadas com ele na terra; e, assim machucado e ferido, o mete. Tem o ano repartido em quatro partes, *scilicet* três meses comem milho, outros três favas e abóboras, outros três alguma mandioca, e os outros três comem farinha de uma certa palmeirinha, que é assaz de fome e miséria.” (LEITE, 1940, p.230)

Foi em meados do século XVIII que a região passou a ser povoada por imigrantes europeus, através de esforços da Coroa Portuguesa para ocupação do Brasil meridional, com vistas a proteger o acesso à região platina. Dessa forma, foram encaminhadas levas de casais de imigrantes provenientes das Ilhas da Madeira e Açores para diversos pontos do litoral catarinense, tendo a colonização de Laguna lançado as bases para a colonização de Imbituba, em um primeiro momento dividindo os açorianos recém-chegados em 3 grupos, um deles ficando em Laguna e os outros dois levados à Vila Nova e Mirim, que são localidades atualmente pertencentes ao município de Imbituba (NEU, 2003). O acesso ao mar e às lagoas costeiras favoreceu a vocação já trazida pelos imigrantes açorianos para a pesca, sendo que os mesmos passaram a desenvolver atividades de agricultura e pesca principalmente voltadas à subsistência. O plantio de mandioca só passava a ter importância econômica quando ocorria o fracasso em safras de outras regiões, já o pescado, a partir da introdução da salga do peixe, passou a ser uma das atividades básicas da economia catarinense (NEU, 2003). A agricultura era realizada principalmente na planície, em solo arenoso, originalmente coberto por vegetação de restinga, e em menores porções sobre os embasamentos cristalinos, com solo argiloso e coberto pela Floresta Ombrófila Densa. A ampliação das áreas de plantio associada ao sistema de divisão das terras nas famílias, geralmente numerosas, onde cada filho que casava recebia uma porção da mesma, levou ao esgotamento do solo e conseqüente queda na produtividade, o que levou parte dos açorianos a se mudarem para as cidades próximas em busca de complementação da renda familiar (NEU, 2003).

O acesso ao mar rendeu ao município o desenvolvimento de outra atividade, no início bastante lucrativa, e que trouxe uma nova perspectiva de organização do trabalho: a caça da baleia franca (*Eubalaena australis*). Atividade realizada em diversos pontos do litoral nas últimas décadas do século XVIII, a construção de armações baleeiras foi concedida como monopólio pelo governo a comerciantes que investiram na construção de estruturas e na compra de escravos e contratação de pessoal especializado. As armações de Imbituba e Garopaba, município vizinho, foram as últimas a serem construídas, em 1796. O governo decretou em 1801 o fim dos monopólios, e a atividade perdurou em Imbituba até 1960. Porém, ainda no século XIX, passou a ser cada vez menos lucrativa, tanto pela substituição do óleo por querosene quanto pelo escasseamento dos animais, que deixaram de aparecer na costa catarinense (NEU, 2003). A baleia franca passou a ser novamente avistada na região apenas a partir da década de 1980, quando as populações de baleia começaram a aumentar gradativamente. Atualmente protegida por lei, a baleia franca passou a girar outra forma de economia, impulsionando o turismo de inverno, que será discutido mais adiante. Desde o ano 2000 toda a faixa de mar adjacente ao município de Imbituba faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal que tem como principal objetivo a conservação da espécie.

A descoberta do carvão no sul de Santa Catarina em meados do século XIX deu início a uma nova etapa no desenvolvimento econômico de toda a região envolvida no complexo carbonífero, da qual Imbituba passou a fazer parte a partir da construção da Ferrovia Tereza Cristina, a princípio utilizando capital inglês, que tinha como objetivo escoar o carvão extraído através do transporte marítimo (GOULARTI FILHO, 2007). A enseada que abrigava a armação baleeira em Imbituba apresentava características de um porto natural, onde navios ancoravam para se abastecer de carregamentos. Porém, por ser exposto aos ventos norte e nordeste, em condições climáticas desfavoráveis os navios não conseguiam aportar para movimentação de cargas. Goulart Filho (2010) comenta que em somente 12 meses, durante a construção da ferrovia, 4 navios trazendo materiais naufragaram na enseada de Imbituba. Já o porto de Laguna não dispunha de profundidade na entrada da Barra para receber navios de grande calado. A chegada do empresário carioca Henrique Lage, da Companhia Lage & Irmãos, cujas empresas possuíam vasta experiência no transporte de cargas, possibilitou que fossem realizadas as melhorias necessárias no Porto de Imbituba que, após o declínio das atividades no Porto de Laguna, passou a ser o único porto carbonífero do país (NEU, 2003; ZILLI et al, 2015).

O porto de Imbituba passou por diversos momentos de expansão e declínio das atividades, seguindo as dinâmicas da economia nacional e internacional, tendo sua fase mais expressiva impulsionada pela necessidade de substituição de importações, como estratégia do governo para lidar com as limitações trazidas no contexto da primeira guerra mundial (1920-1940) (Neu, 2003; Goulart Filho, 2010). A rápida expansão das atividades relacionadas ao escoamento do carvão e a necessidade de atividades de apoio e mão de obra especializada fez com que a região mudasse sua feição, até então voltada para a agricultura e a pesca, com estruturas urbanas específicas, como cita Neu (2003, p. 69) “vilas operárias, casas para os administradores, olarias, ferrarias, oficinas, (...) granja para o abastecimento de navios”. A nova cidade foi construída principalmente sobre área de planície arenosa, na porção central do município, em área adjacente ao porto e cruzada pela ferrovia.

O próximo momento importante na urbanização da área central de Imbituba foi a instalação da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). Como contrapartida da instalação do que seria futuramente um complexo industrial, foram implementadas obras de melhoria na infraestrutura da cidade e do porto, como abastecimento de água e energia, acesso asfáltico e abertura de agências bancárias. As obras da ICC tiveram início na década de 1970, sendo impulsionadas pela necessidade de abastecer o mercado interno de enxofre, o qual seria extraído da pirita carbonosa recuperada no processo de beneficiamento do carvão. O local onde a indústria foi construída, em área contígua ao porto, abrigava alguns engenhos de farinha de mandioca, os quais foram desapropriados e tiveram consequência direta na diminuição da quantidade de exportação deste produto, que havia tomado maiores dimensões ao longo do tempo. A ICC entrou em funcionamento em 1979, produzindo ácido sulfúrico e ácido fosfórico (Moraes, 2004).

Assim que iniciaram as operações da ICC, a cidade passou a sentir os efeitos do lançamento de óxido de ferro pelas chaminés, que não possuíam nenhuma forma de filtragem, e pintavam todos os arredores da empresa de vermelho. Casas, ruas, veículos e até as roupas no varal eram atingidas pelo

que passou a ser chamado pelos habitantes de “maldição do pó vermelho” (MORAES, 2004). Os rejeitos da indústria, que se acumulavam em seus pátios, também se tornaram mais um passivo ambiental a ser sentido pela cidade, principalmente o gesso e o óxido de ferro. A indústria funcionou durante uma década, mas com a queda dos preços do ácido fosfórico, cuja importação foi liberada pelo governo, foi liquidada em janeiro de 1994 (NEU, 2003).

Criada entre 1917 e 1919 para suprir as necessidades do porto e da cidade em expansão, além de utilizar a matéria prima abundante na zona carbonífera, a Cerâmica Imituba S.A. (ICISA) foi a primeira indústria cerâmica do estado de Santa Catarina e foi considerada a principal indústria na cidade, tendo empregado mais de 1.000 funcionários no final da década de 1980. Porém, com a modernização da produção, o número de funcionários declinou consideravelmente na década de 1990 (NEU, 2003). A abertura dos mercados resultantes das políticas neoliberais do final do século XX, além das dificuldades internas, fizeram com que a ICISA decretasse falência em 2009, sendo toda a sua estrutura demolida em 2016.

O tripé que desenvolveu a cidade de Imituba como centro urbano no século XX, porto-cerâmica-ICC, entrou em decadência na década de 1990, levando a cidade a passar por momentos de crise econômica, fazendo com que aumentasse o desemprego e que parte de seus habitantes passassem a buscar alternativas em outras localidades. Buscando minimizar a crise, o Governo Estadual e o Governo Federal, juntamente com a municipalidade, criou o projeto da Zona de Processamento de Exportação, considerando a proximidade com o porto e com a rodovia BR101, então em processo de duplicação. O projeto foi criado em 1994, mas, por uma série de dificuldades, ainda não foi implementando. Após a crise do carvão, o porto teve boa parte de sua estrutura ociosa, precisando ser reestruturado para novas atividades. Atualmente o porto possui movimentação de granéis líquidos, granéis sólidos (incluindo grãos agrícolas), carga geral e contêineres. A última indústria a se fixar no município foi a Votorantim Cimentos que entrou em operação em 2012 e, além da moagem do cimento realizada na unidade, é responsável por um terminal de escoamento do produto no porto.

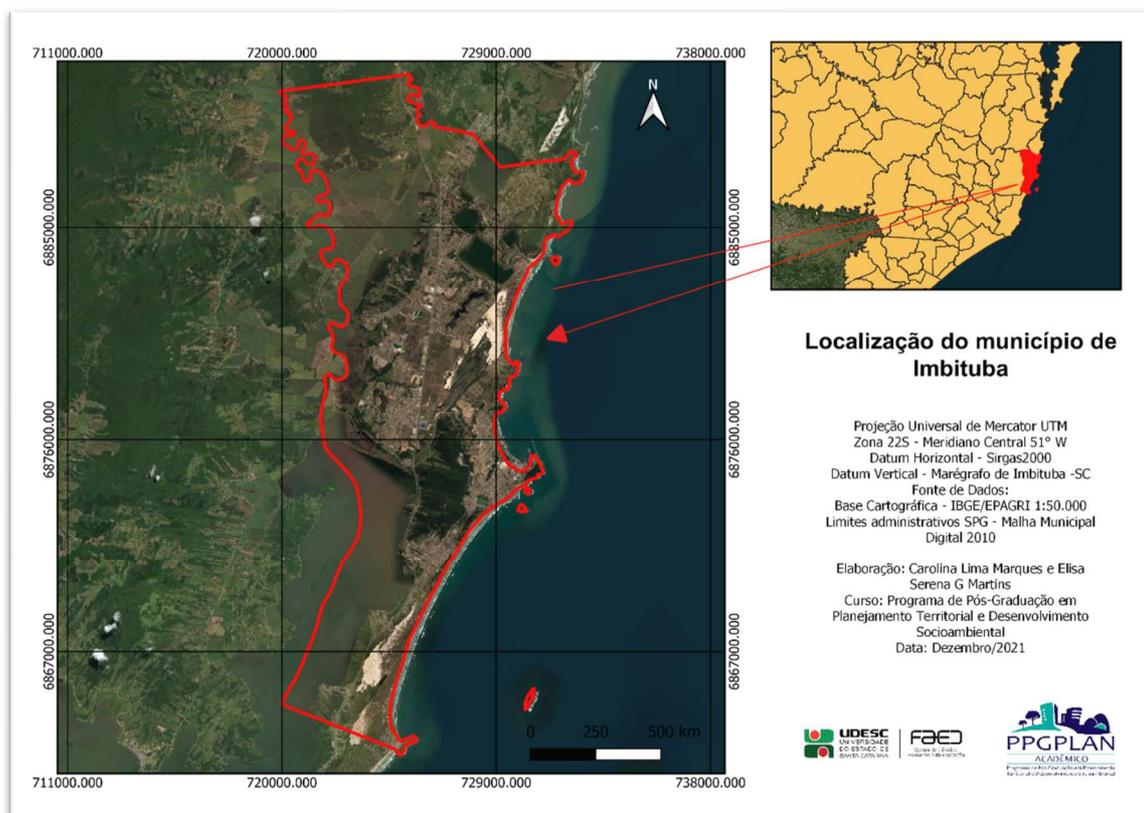
A partir da década de 1970, com as melhorias nas vias de acesso a partir da BR 101, o município de Imituba passou a ser visitado por turistas e nas próximas décadas foi cada vez mais se tornando um destino consolidado. As belezas naturais, as praias, as lagoas e a prática de esportes, em especial o surfe, atraem turistas nacionais e internacionais. A Praia do Rosa, por exemplo, é considerada parte do Clube das 30 Baías Mais Belas do Mundo, chancelado pela UNESCO. O número de pousadas, hotéis e casa de veraneio cresce a cada ano e muda as feições das áreas até então ocupadas por roças, pasto e vegetação nativa. Apesar de ser uma atividade que atrai investimentos e gira a economia, também gera passivos sociais e ambientais. A sazonalidade é um dos desafios enfrentados pela atividade turística na região. Durante a temporada de verão são criados diversos postos de trabalho, atraindo pessoas de outras regiões, mas no inverno a atividade diminui consideravelmente, e as taxas de desemprego crescem proporcionalmente. Estratégias são criadas para tentar desenvolver o turismo de inverno. A presença das baleias francas entre os meses de junho e setembro é um atrativo que vem sendo explorado nesse sentido.

Atualmente coexistem no município as atividades de agricultura e pesca, as atividades portuárias, atividade industrial, o turismo e o comércio de bens e serviços.

PAISAGEM COMO REFLEXO DAS FORMAS DE OCUPAÇÃO

A paisagem do município de Imbituba é composta pela linha de costa, onde se encontram as praias arenosas, costões rochosos e promontórios, seguidos por dunas móveis e dunas fixas, paleodunas, lagoas costeiras, sendo a maior área de planície arenosa coberta por vegetação de restinga. Em porções menores se encontram os maciços cristalinos, pouco elevados, e tipicamente cobertos pela Floresta Ombrófila Densa. Entremendo toda a área existem córregos e rios, sendo o mais expressivo o Rio D'una, lualizado na porção noroeste do município e responsável pelo abastecimento de água de boa parte do município (Fig. 2). Sobre toda a área coexistem as formas de uso e as marcas resultantes do processo de formação socioespacial.

Figura 2 – Paisagem geral do município de Imbituba (SC)



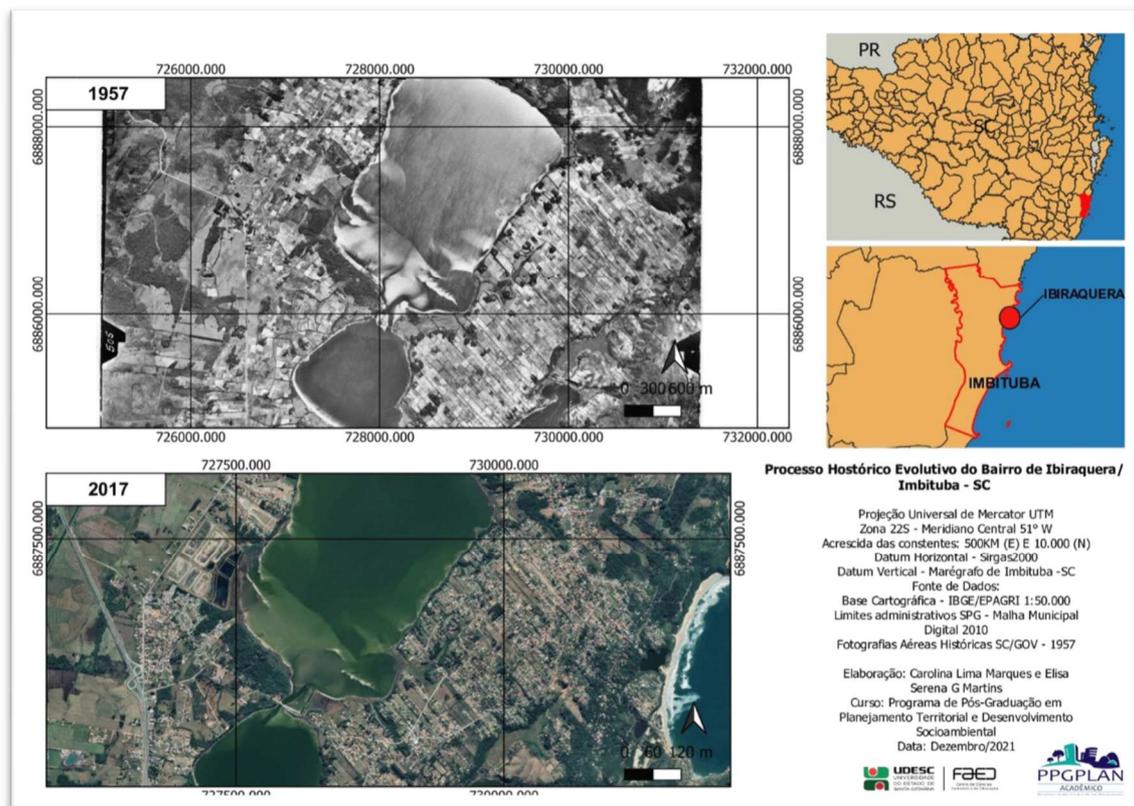
Assim como o tempo, a história deixa marcas na paisagem. Santos (2004) considera tais marcas como “rugosidades”, a incorporação do tempo histórico ao espaço, sua transformação em paisagem. Sobre as transformações do espaço ao longo do tempo, Santos (2004) afirma que:

“O espaço portanto é um testemunho, ele testemunha um momento de um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. (...). Os modos de produção cedem lugar a outros, os momentos de cada modo se sucedem enquanto os objetos sociais por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda com uma função na produção” (SANTOS, 2004, p.173-174)

Os primeiros habitantes da região que hoje compõe o município de Imbituba modificaram a paisagem e deixaram marcas do seu modo de vida, expressadas nos sambaquis que adornam a paisagem e que, antes de serem compreendidos como patrimônio arqueológico, chegaram a ser utilizados como fonte de calcáreo para a pavimentação de estradas. Os guaranis, reconhecidos manejadores agroflorestais, como demonstra Pereira et al (2016), provavelmente tiveram influência sobre a distribuição de espécies vegetais, além de terem contribuído com a transferência de informações sobre o cultivo de espécies nativas da América do Sul para os imigrantes europeus, como a mandioca, o milho e o amendoim.

Os imigrantes açorianos, ao chegarem na região, se depararam com a necessidade de lidar com o solo arenoso e com o clima local para a prática da agricultura. O acesso ao mar e às lagoas costeiras lhes trouxe a possibilidade de desenvolver a pesca, com a qual já tinham afinidade. A porção norte do município (Fig.3), distante da área central, onde a presença da ferrovia e do porto induziram a formação do núcleo urbano ainda no início do século XX, permaneceu com o uso do solo essencialmente para agricultura e pequena criação de animais até o início da especulação imobiliária impulsionada pela chegada do turismo, principalmente a partir da década de 1980. O uso intensivo do solo para a agricultura provocou a derrubada da mata nativa, tanto em áreas de restinga como de Floresta Ombrófila Densa. Em relação a esse aspecto, Jerônimo (2012) relata que os moradores antigos dessa área, em sua maioria descendentes dos imigrantes açorianos e atualmente considerados os nativos da terra, relacionam o respeito pela terra com o fato dela ser produtiva para suas plantações, sem considerar a cobertura vegetal. Citando a fala de um entrevistado idoso, Jerônimo (2012) diz que o mesmo “lembrou em sua narrativa da época em que todas as áreas da Ibraquera, dos morros à planície eram transformadas em roça” (JERÔNIMO, 2012, p.167). Cabe lembrar que tais comunidades viveram basicamente da agricultura e da pesca de subsistência e da extração animal e vegetal por mais de um século (FREITAS, 2005).

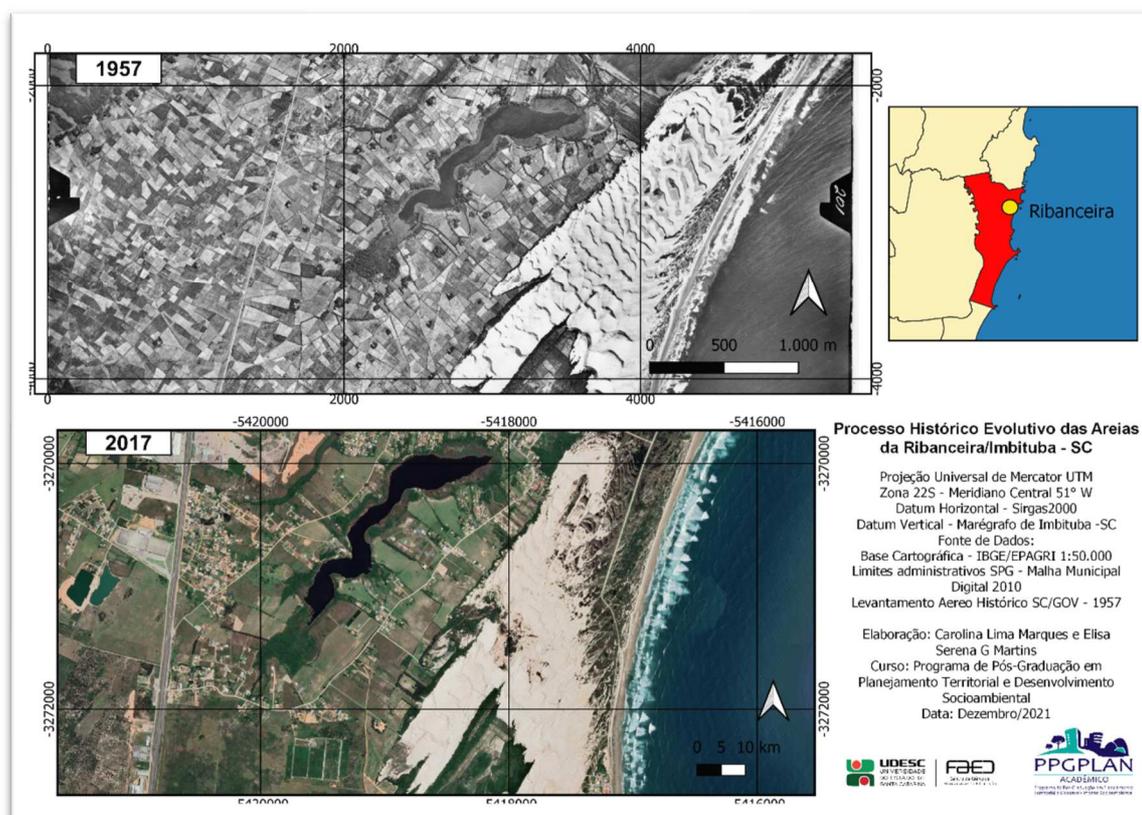
Figura 3 - Mudanças na paisagem na porção norte do município de Imbituba (1957/2017)



A região centro-norte do município reflete a continuação da região norte, ainda mostrando o uso intensivo do solo para a agricultura no ano de 1957 (Fig. 4). A substituição pela malha urbana é menos incipiente nessa área, o que pode ser explicado talvez pelo maior interesse de uso turístico da região norte pela proximidade com a Lagoa da Ibiraquera e a Praia do Rosa. A presença das dunas móveis na área conhecida atualmente como Areais da Ribanceira mantém uma parte da paisagem pouco alterada. A urbanização é mais intensa nas margens da BR 101, visualizada à esquerda nas imagens, onde no ano de 2017 podem ser vistos grandes galpões substituindo áreas que em anos anteriores, apesar do uso agrícola, ainda possuíam áreas cobertas de vegetação nativa, com a presença massiva de uma espécie de palmeira endêmica da região, com uso histórico de suas folhas para a fabricação de estofados e de seus frutos para alimentação, o *Buita catarinensis*, atualmente ameaçada de extinção.

Considerada a hinterlândia direta do porto, a área dos Areais da Ribanceira se configura como uma zona de conflito entre a população tradicional e os representantes do empresariado que almejam utilizar a área para projetos de modernização e ampliação das atividades portuárias, como a expansão de vias de acesso ao porto, implantação de indústrias e condomínios empresariais. Oliveira et al (2021) relatam a longa trajetória de luta da comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira pela manutenção de seu território, ressaltando que nesta área se encontra preservado o maior remanescente contínuo de butiazal da espécie *B. catarinensis* de todo o município e muito provavelmente de todo o estado.

Figura 4 - Mudanças na paisagem na porção centro-norte do município de Imbituba (1957/2017)

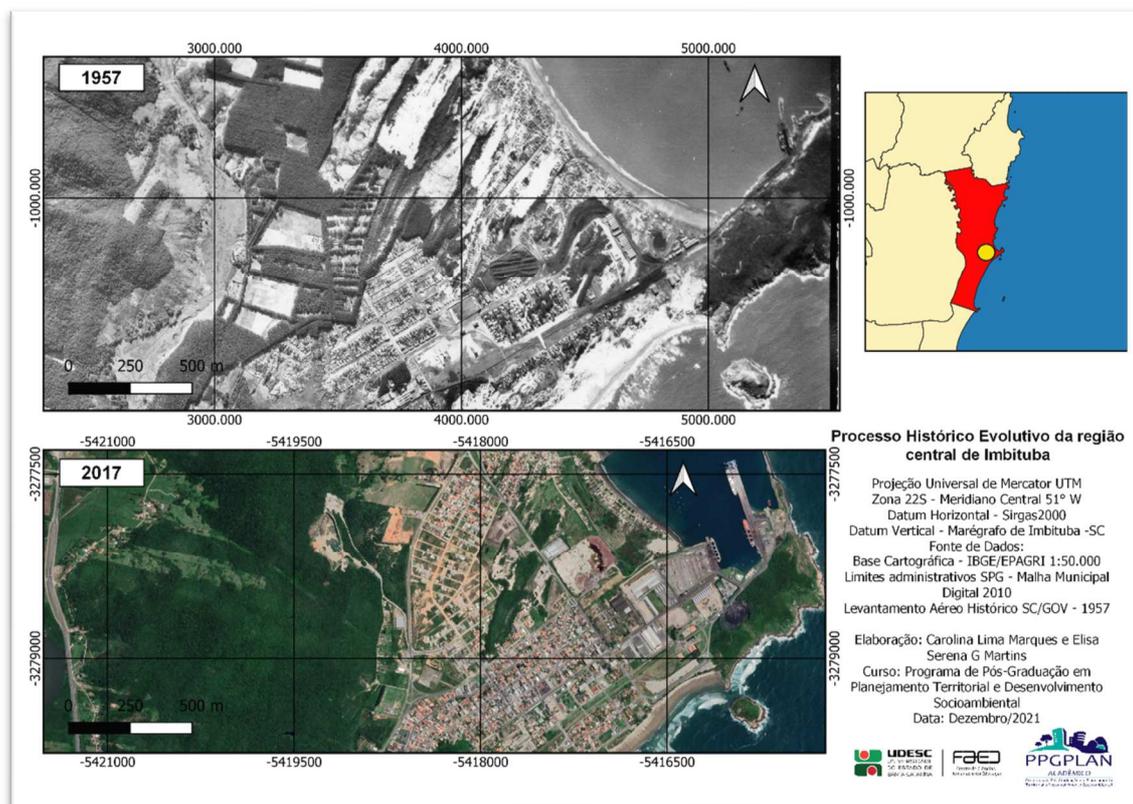


A porção centro-sul de Imbituba, desde a época da Armação Baleeira e intensificada pela instalação do porto e da ferrovia, se configurou como o centro urbano do município (Fig. 4). A enseada, protegida pelo promontório na porção sul, permitiu a instalação da Armação Baleeira e posteriormente do porto. Para possibilitar o atracamento dos navios com segurança, foram construídos molhes de pedra, ferro e cimento que modificaram a dinâmica das águas na Praia do Porto. De acordo com Neu (2003), os molhes acarretaram a concentração de matéria orgânica em níveis elevados, afetando a qualidade da água nesta praia.

Na imagem relativa ao ano de 1957, ainda é possível notar o solo arenoso, que em 2017 está praticamente todo coberto pela malha urbana. A planície arenosa apresenta grande capacidade de drenagem, e abriga grandes porções de lençol freático no subsolo. A impermeabilização do solo causada pelas construções e coberturas asfálticas altera essa dinâmica, podendo afetar tanto o lençol freático em si, como a dificuldade de drenagem das águas pluviais que, considerando o índice pluviométrico alto da região, pode gerar alagamentos.

Por outro lado, na imagem referente ao ano de 2017 é possível notar a regeneração da Floresta Ombrófila Densa no Morro do Mirim, resultado do abandono das roças e, atualmente, da aplicação da legislação ambiental, principalmente a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006), que protege a Floresta Ombrófila Densa em nível médio e avançado de regeneração.

Figura 5 - Mudanças na paisagem na porção centro-sul do município de Imbituba (1957/2017)



A porção sul do município, menos habitada, possui uma faixa terrestre entre a Lagoa do Mirim e o mar, entremeada por dunas e lagoas. Tal área foi considerada um entrave no período de construção da Ferrovia Tereza Cristina, uma vez que esta foi construída em paralelo à faixa de dunas móveis e áreas alagáveis (NEU, 2003). Atualmente o extremo sul do município abriga o bairro de Itapirubá, cuja ocupação se deu principalmente pelo turismo, sendo uma área de conflito de limites com o município de Laguna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer as dinâmicas de ocupação de uma região possibilita a construção de uma compreensão ampliada e integradora sobre a composição do espaço. A análise da paisagem se torna mais significativa quando integrada à história e aos fatores sociais e econômicos de cada período. Além disso, os fatores sociais e econômicos não podem ser descolados da base física sobre a qual se desenvolvem. A natureza da região e suas transformações a cada período, seus sentidos materiais e simbólicos, interferem nos rumos tomados por cada modelo de desenvolvimento.

Cabe ainda inserir nessa análise os grupos sociais envolvidos, suas percepções e interesses em relação ao território e os conflitos derivados das diferentes formas de uso do espaço.

Com a preocupação ambiental, derivada da intensificação da degradação do ambiente, levando à perda de serviços ecossistêmicos essenciais, como o acesso à água potável e a drenagem do solo, se torna cada vez mais importante reconhecer as relações entre sociedade e natureza.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Juiano Bitencourt; SANTOS, Marco César Pereira; ROSA, Rafael Casagrande; RICKEN, Cláudio; ZOCHE, Jairo José. Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba: Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. *Cadernos do LEPAARQ* (UFPEL), v. 10, p. 9-39, 2013.

CHAVES, Ana Maria Severo; SOUZA, Rosemeri Melo e. Paisagem e interfaces geológicas para o planejamento Ambiental. In: SOUZA, Rosemeri Melo e; CHAVES, Ana Maria Severo; NASCIMENTO, Sheylla Patrícia Gomes do (Orgs.). *Geoecologia e Paisagem: enfoques teórico-metodológicos e abordagens aplicadas*. Aracaju: Criação editora, 2021

COSTA, Viegas Fernandes. Turismo arqueológico e desenvolvimento sustentável: A possibilidade de aproveitamento do patrimônio arqueológico pré-colonial dos municípios de Garopaba, Imaruá e Imbituba (SC) para a promoção do desenvolvimento sustentável na região. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB, 2016.

FREITAS, Rodrigo Rodrigues de. *Mudanças na paisagem da Lagoa de Ibiraquera e a gestão de sua fauna silvestre*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC, 2005.

GOULART FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

JERÔNIMO, Rosa Nadir Teixeira. Cultura e conflitos numa comunidade tradicional. Criciúma: Editora da UNESC, 2012.

LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas*. Companhia Editora Nacional, 1940.

LUIZ, Edna Lindaura. Geomorfologia. In: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. *Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2*. Isa de Oliveira Rocha (org.). 2ed. Florianópolis: Ed. UDESC, 2016.

MARIMON, Maria Paula Casagrande; WILDNER, Wilson; AYALA, Lúcia. Geologia. In: Santa Catarina. Secretaria de Estado do Planejamento. Isa de Oliveira Rocha (Org.). *Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016.

MILHEIRA, Rafael. O território guarani no litoral sulcatarinense: ocupação e abandono no limiar do período colonial. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 29, p.148-182, 2011.

MONTEIRO, Amantino Monteiro; SILVA, Pâmela do Vale. Clima. In: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2. Isa de Oliveira Rocha (org.). 2ed. Florianópolis: Ed. UDESC, 2016.

MORAES, Fábio Farias de. A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma solução ou um problema. In: GOULARTI FILHO, Alcides. *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

NEU, Marcia Fernandes Rosa. *Porto de Imbituba: de armação baleeira a porto carbonífero*. Tubarão: Editora Unisul, 2003.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de; ROCHA, Isa de Oliveira; MARTINS, Pedro. Processo de territorialização, comunidade tradicional e desenvolvimento econômico. *Geosul*, v. 36, n. 79, p. 300-320, 2021

PEREIRA, Giovana de Souza; NOELLI, Francisco Silva; CAMPOS, Juliano Bitencourt; SANTOS, Marcos Pereira; ZOCHE, Jairo José. Ecologia Histórica Guarani: As plantas utilizadas no Bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1). *Cadernos do LEPAARQ*, vol. 12, nº26, 2016.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, nº54, p.81-99, 1977.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, 6ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*, 6ª ed, 2ªreimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4ª ed., 9ªreimp. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017

VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. Geossistemas de Santa Catarina In: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2. Isa de Oliveira Rocha (org.). 2ed. Florianópolis: Ed. UDESC, 2016.

VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula; PIMENTA, Luiz Henrique Fragoas. Vegetação e Uso da Terra. In: Santa Catarina. Secretaria de Estado do Planejamento. **Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2**. Isa de Oliveira Rocha (Org.). 2 ed. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 6, N.1, p. 131-150, 2016.

ZILLI, Julio Cesar; GIANEZINI, Miguelangelo; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto. O Porto de Imbituba no Desenvolvimento do Sul de Santa Catarina. *XV Mostra de Iniciação Científica - Pós-graduação, pesquisa e extensão*. Programa de pós-graduação em administração - UCS, 2015.